

SESSÕES DO PLENÁRIO

6ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de fevereiro de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO LAERTE DO VANDO
(QUARTO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosenberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Boa tarde a todos os deputados presentes. Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário a ata da sessão solene de instalação dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, realizada em 3 de fevereiro de 2023; e a ata da 1ª sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, mista, realizada em 6 de fevereiro de 2023.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Não há expediente a ser anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Rogério Andrade, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE: Sr. Presidente, querido amigo e deputado Laerte, Srs. Deputados, imprensa, na verdade, eu subo a esta tribuna, hoje à tarde, para fazer ressoar neste Parlamento e, conseqüentemente, deixar registrado, nos Anais desta Casa, uma visita que eu fiz, no último final de semana, ao município de Maracás, município onde nós temos uma relativa representatividade.

Fui a Maracás com dois objetivos. O primeiro, a convite de um movimento organizado pelo povo de Maracás, em particular, pelos moradores de dois povoados: o povoado de Porto Alegre e o povoado de Pé de Serra. Trata-se de uma luta dos moradores para a pavimentação asfáltica de um trecho de 44 quilômetros.

No povoado de Porto Alegre, existe uma mineradora que é a Vanádio, a maior das Américas, gera mais de 2 mil empregos diretos. A Vanádio, sem sombra de dúvida, movimenta a economia, gera empregos. A empresa faz um trabalho social também muito importante. Mas, ao mesmo tempo em que a Vanádio Mineradora trouxe o progresso para aquela região, ela tem trazido problemas, a exemplo desse trecho dessa estrada de 44 quilômetros.

E a comunidade muito organizada fala dos prejuízos para a agricultura, dos prejuízos para psicultura, dos prejuízos para o turismo em detrimento da situação degradante dessa estrada que corta o Rio de Contas, que poderia ser utilizado como um viés muito importante para o turismo daquela região.

O comércio está numa situação muito difícil, porque as pessoas não conseguem chegar. O custo, para a entrega das distribuidoras para alimentar o comércio, sobretudo em Porto Alegre, é muito grande, conseqüentemente, o custo de vida da população tem sido muito grande.

De maneira que eu fiz uma indicação ao governo do estado, já publicado no Diário Oficial, do Legislativo, pedindo ao governador Jerônimo Rodrigues, que é da região, que conhece os problemas daquela região, providências para que o estado atenda a essa justa reivindicação do povo de Maracás, e autorize a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia, que já tem um projeto pronto, desenvolvido pela própria Secretaria de Infraestrutura, para que a secretaria possa publicar a licitação para atender à reivindicação da população do município de Maracás.

Queria, portanto, deixar este apelo ao governador Jerônimo Rodrigues, que tem de demonstrado, em tão pouco tempo de governo, a sua simplicidade e, também, a sua sensibilidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

De maneira, Sr. Presidente, que, também, eu gostaria de deixar registrado os meus parabéns à vereadora Suzy, mulher guerreira, eleita presidente da Câmara de Vereadores daquele município, quando tive a oportunidade de participar da sua posse

e a do vereador Ronaldo de Porto Alegre, que me fez o deputado mais votado, lá, no povoado de Porto Alegre, zona rural do município de Maracás.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Um grande abraço, presidente, um abraço a todos os demais colegas. Ao mesmo tempo, quero parabenizar os deputados por estarem presentes, hoje, nesta sessão tão esvaziada.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Concedo a palavra ao próximo orador, deputado estadual Robinho, pelo prazo de até 5 minutos.

O Sr. ROBINHO: A minha boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o nosso presidente Laerte do Vando e, também, a imprensa presente, os colegas.

Ocupo, neste momento, este espaço para dividir um momento de muita alegria. Quando criança, conheci a história da Estrada de Ferro Bahia-Minas. A Estrada de Ferro Bahia-Minas é uma ferrovia de 578 quilômetros que liga a cidade de Caravelas, na Bahia, à cidade de Araçuaí, em Minas Gerais, que fica no Vale do Jequitinhonha.

Em 1881, iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas. Essa estrada de ferro foi concluída em 7 de setembro de 1942. Ela só teve uma vida útil de 24 anos. Em 1966, a estrada de ferro acabou.

Eu e o ex-deputado estadual João Leite iniciamos várias audiências públicas. João Leite foi goleiro do Atlético Mineiro, foi deputado por sete mandatos em Minas Gerais, presidente da Comissão de Ferrovias do Estado de Minas Gerais. Nós iniciamos várias audiências públicas.

A primeira audiência pública foi na Assembleia de Minas Gerais. Fizemos audiências em prol da ferrovia no município de Teófilo Otoni, Nanuque, Caravelas, com apoio do prefeito Sílvio Ramalho, de Caravelas, audiências públicas na cidade de Teixeira de Freitas. Tivemos audiência pública na Assembleia da Bahia.

Muitas pessoas não acreditavam na Estrada de Ferro Bahia-Minas. E, para a alegria do Extremo Sul, para a alegria do Vale do Jequitinhonha, do norte de Minas Gerais, o Diário Oficial da União, de n.º 27, em 3 de fevereiro, publicou sobre a efetivação da Estrada de Ferro Bahia-Minas.

É um investimento de R\$ 2,6 bilhões. Essa estrada de ferro vai começar no município de Caravelas, na Bahia, indo para Araçuaí, tendo dois trechos que vão de Posto da Mata, distrito de Nova Viçosa, uma ligação para Teixeira de Freitas, 42 quilômetros; e outra ligação para Suzano Papel e Celulose, no município de Mucuri, mais 21 quilômetros.

Outra bifurcação acontecerá em Teófilo Otoni, uma cidade no norte de Minas, uma cidade de aproximadamente 150 mil habitantes. Essa bifurcação vai até Valadares. Isso liga o Extremo Sul da Bahia a toda Minas Gerais, indo, também, outra bifurcação para Itaobim, na margem BR-116, no sentido a Vitória da Conquista.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso é um motivo de muita alegria para o Extremo Sul, para a Bahia, para o norte de Minas Gerais. Essa ferrovia vai ressurgindo num investimento de R\$ 2,6 bilhões. Então, eu estou dividindo este momento de alegria com os meus colegas, com toda a Bahia.

Muito obrigado, presidente, pela tolerância.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Concedo a palavra ao próximo orador, deputado Leandro de Jesus, para fazer uso da palavra pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos aqui presentes, cumprimento todos os colegas em nome do nosso presidente Laerte.

Obrigado por mais essa oportunidade de estar aqui para fazer uso da palavra em um momento, em um dia, importante aqui em nosso estado. É um dia importante, mas também um dia que eu considero perigoso e triste, um dia perigoso e triste, sim, porque teremos aqui, na Bahia, hoje ainda, a presença de um ex-presidiário que ocupa – infelizmente ocupa –, que foi colocado na Presidência da República.

É um mentiroso contumaz que tem, na sua prática, a utilização do engano para alcançar os seus objetivos, e o que é interessante é que o ex-presidiário, ele recentemente disse que Bolsonaro deveria ser esquecido, ele falou: “Vamos esquecer o Bolsonaro”, disse o ex-presidiário. Mas ele próprio, em cada ação, em cada momento em que se coloca ao público, relembra o Bolsonaro. Parece que o ex-presidiário se tornou o maior fã daquele que foi o maior presidente da história deste país.

Esse sujeito que está passando aqui pela Bahia, ele vem fazer a entrega das casas, casas estas que foram construídas pelo governo anterior, qual seja, o governo Jair Messias Bolsonaro. E fica aqui a minha pergunta: será que o ex-presidiário vai lembrar mais uma vez, vai se referir a quem foi o autor desta obra? Ou será que, desta vez, fazendo uso do engano, como ele costumeiramente faz, simplesmente vai se omitir e usurpar a autoria desta tão importante entrega? Fica aqui o questionamento.

Mas eu, claramente, não posso esperar honra de quem não tem, e o Lula não tem honra, não tem honradez para reconhecer a quem de direito. Então, não espero nada de bom desse sujeito.

E, fazendo aqui uma correlação sobre o que o PT é capaz de fazer na Bahia, eu estive em Eunápolis, em Itabela, Porto Seguro, Itamaraju nos últimos dias e me espanta que o povo trabalhador, os produtores, o setor do agro, aqueles que produzem, aqueles que trabalham, aqueles que carregam esta Bahia nas costas, estejam largados por este governo, pelo PT aqui da Bahia, pelo PT do Lula.

A criminalidade tomou conta do nosso Sul da Bahia, do Extremo Sul da Bahia, e as pessoas vivem aterrorizadas. Uma violência extrema. Como eu costume dizer, parece que o PT tem associação com o crime, porque não é possível, não é possível vermos as famílias sendo massacradas pela criminalidade, e nada ser feito. Fazendas

produtivas, pequenos produtores sendo expulsos das suas propriedades, produtivas, seja pelo MST, seja por aqueles que se dizem indígenas.

A situação realmente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) requer providências do PT, que tem sido irresponsável, irresponsável sobre a questão da segurança pública no estado ao longo desses 16 anos.

Colegas, nós vamos cobrar providências porque não é mais concebível, não é mais aceitável esta situação de calamidade na segurança pública, ninguém suporta mais. Portanto, estarei aqui cobrando providências do governo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sobre essa situação inaceitável em todo nosso estado, mas, aqui, falando especialmente no Sul da Bahia.

Muito obrigado pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Concedo a palavra ao próximo orador, deputado Rosemberg Pinto, para fazer uso da palavra pelo prazo de até 5 minutos.

(Silêncio)

Na ausência, então, concedo a palavra ao nobre deputado Hilton Coelho pelo prazo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para tratar, mais uma vez, sobre a situação dos ambulantes na cidade de Salvador. Nós acompanhamos, chegamos a fazer uma visita à sede da Semop, onde uma multidão esperava o mínimo de respeito por parte da prefeitura municipal, foi um momento muito tenso, existia um verdadeiro batalhão da Polícia Militar, mas principalmente da Guarda Municipal, e nós vimos, por meio das imagens na imprensa, como essa guarda tratou o nosso povo, né?

Idosos, deficientes físicos num clima de absoluto terror embaixo das bombas da Guarda Municipal. Acompanhado do companheiro Kleber Rosa, uma grande liderança na Bahia hoje, intermediamos um processo de negociação em que uma parte daqueles ambulantes, daquelas ambulantes, conseguiram fazer, obter autorização para estar no Carnaval de Salvador, mas a maioria não. E, hoje à tarde, nós teremos uma mesa de negociação com a presença do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública, que se envolveu bastante com a situação, e da prefeitura para que tenhamos uma solução para essa população, que merece respeito.

Não é possível que o Carnaval de Salvador, que vem se alargando tanto no espaço como no tempo... A gente vê que, com a profusão de um conjunto de atividades, se coloca justamente a população que mais precisa, a população trabalhadora da capital nacional do desemprego, completamente à margem da possibilidade de ter uma parte dessa renda que é gerada, principalmente, através do trabalho da classe trabalhadora no nosso município.

Estamos na expectativa de que alternativas sejam criadas de maneira imediata e de que nós tenhamos também um debate sério sobre a ocupação das festas de Salvador, é o que está na cabeça de todo mundo. Como é que a prefeitura não tem um cadastro físico ou fixo que seja a base, já inicial, para o cadastramento de toda uma população que, em toda festa, tenta trabalhar para levar o pão de cada dia para sua casa?

Em segundo, Sr. Presidente, queria registrar aqui a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem. Hoje nós tivemos uma mobilização gigantesca à frente do Shopping da Bahia, do atual Shopping da Bahia, antes Iguatemi, de uma categoria que está clamando pela implementação de uma emenda constitucional que definiu o direito ao piso desses e dessas profissionais.

Infelizmente é uma decisão do STF, em caráter liminar, que vem gerando um obstáculo institucional para um processo que, do ponto de vista institucional, não tem mais nenhum obstáculo, porque até um fundo próprio já foi criado, todas as condições para que esses profissionais sejam minimamente respeitados. E, até agora, essa decisão vem criando uma situação de impasse, mas nós vamos rompê-lo.

Não é à toa que, às vésperas do Carnaval, nós fomos às ruas não para dançar, não para pular... Até cantamos, mas cantamos os hinos do movimento, o pedido de justiça em relação a essa categoria, que teve um papel central na pandemia, isso ficou muito evidenciado. No dia a dia, é uma categoria, como diz o hino, “da luta que salva vidas todo dia”.

Então, nós precisamos da compreensão e do envolvimento de todas as lideranças para que consigamos obter, consolidar essa vitória para os profissionais e as profissionais da Enfermagem, sejam eles de enfermeiros, técnicos ou auxiliares desse campo profissional.

Por fim, Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar aqui porque nós tivemos um sinal de que a situação da sucessão no TCM seria resolvida na data de hoje. Ainda bem que não. Nós vamos poder fazer um debate sobre isso.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que nós estamos às vésperas, possivelmente, de ver um espetáculo de reprodução da velha política na Bahia. Não é possível que uma situação dessa, de fato, venha se tornar realidade, a sucessão do TCM...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) baseada num jogo de pressões de interesses familiares.

Não posso deixar de dizer aqui, nesta tribuna: os critérios para se compor o TCM tem um nível de objetividade que não nos permite tergiversar em relação a quem deve ocupar, a quem deve ter esse perfil para ocupar a vaga. Infelizmente, o que nós estamos percebendo é uma pressão do ex-governador, o atual ministro Rui Costa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Para concluir, Sr. Presidente.

(...) que está pessoalmente imbuído da tarefa de impor que sua familiar direta seja empossada como conselheira do Tribunal de Contas dos Municípios.

Para nós, a Bahia não pode ser considerada um protetorado do Sr. Rui Costa. Nós apoiamos, aqui, a candidatura de Jerônimo, mas apoiamos a partir da ideia de que um conjunto de traços da política da Bahia precisam ser superados, e não retrocedermos a época de ACM, o avô, que fazia isso em larga escala.

Isso é um acinte para a política da Bahia e, especialmente, para concluir, Sr. Presidente, em relação a esta Casa. Esta Casa não pode se dobrar. Essa vaga é uma vaga fundamentalmente definida a partir das referências dos deputados e das deputadas que estão ocupando esses cargos aqui, na Assembleia Legislativa.

Como é que se pode baixar a cabeça dessa forma e fazer com que a vaga do TCM, que há um ano já deveria ter sido ocupada, seja ocupada por alguém que vai ser indicado pelo ex-governador por meio da sua influência direta, a partir de interesses que são interesses familiares. Isso é uma vergonha para nós. Para a Bahia, isso é uma vergonha e não pode se consolidar.

O nosso candidato era o candidato Fabrício Falcão, o deputado Fabrício Falcão, que infelizmente não chegou a inscrever a sua candidatura. Mas o nosso posicionamento é que essa vontade pessoal do ex-governador não prevaleça.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): O próximo orador a fazer uso da palavra é o nobre deputado José de Arimateia, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, vocês que nos assistem através da *TV ALBA*. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para deixar registrado que este deputado fez uma indicação ao governo do estado, ainda ao governador Rui Costa, para que fossem implantadas políticas públicas em defesa dos animais. (Lê) *“Indico a Vossa Excelência Senhor Rui Costa, governador do estado da Bahia implantação das políticas públicas em defesa dos animais no estado da Bahia”*.

Nós sabemos que, quando chega o Orçamento, Sr. Presidente, para que a gente possa direcionar as emendas, a gente não tem como indicá-las direcionadas à causa animal. Há as emendas que você coloca para a educação, para o esporte, mas para a causa animal não existem. Por quê? Porque falta exatamente a sensibilidade do governo de criar, implantar dentro das políticas públicas para a causa animal.

Fiz essa indicação que, inclusive, saiu a publicação no *Diário Oficial*, no dia 16 de março de 2022, vai fazer 1 ano agora, no mês que vem. Foi publicada e até agora não tivemos um retorno. Eu espero e, inclusive, vou encaminhar novamente ao governo atual, ao governo Jerônimo Rodrigues, para que ele possa se sensibilizar, que ele possa ser sensível assim como o atual presidente da República, quando ele estava subindo a rampa com a Janja, sua esposa, estava subindo com um animal, um cachorro.

Então, a gente espera que as políticas públicas que o governo pode fazer em defesa da causa animal ele faça aqui na Bahia. Vou mandar isso aqui para a Janja, vou mandar essa indicação e vou dizer a ela que possa interceder junto ao governador Jerônimo Rodrigues para que ele possa se sensibilizar.

Ainda, Sr. Presidente, dentro disso aí, eu apresentei nesta Casa um projeto de lei que (Lê) *“Institui o conselho e o fundo estadual em defesa do bem-estar animal e dá outras providências.”* Então, está aqui também um projeto de lei que é importante. Inclusive, amanhã, eu estarei indo à Seplan para poder ver com o responsável de lá se encontram uma saída para que a gente possa ajudar as instituições protetoras de animais, que estão fazendo um papel de suma importância. Se não fossem as instituições protetoras de animais, nós estaríamos vivendo situações dramáticas, principalmente com respeito à causa animal.

Então, os protetores de animais, associações de proteção aos animais que têm prestado seus serviços, eles sobrevivem pela fé, eles sobrevivem de doação. O governo não tem feito nada com essas instituições. Então isso aqui, essa indicação desse projeto de lei vai abrir uma porta para que o estado possa promover políticas públicas para a causa animal, para o bem-estar animal, que é de fundamental importância.

Quando a gente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fala da causa animal, nós estamos tratando, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, pois ainda tenho 25 segundos. Quando se fala da causa animal, nós estamos falando dos animais abandonados, dos animais de rua, porque se eles não forem bem tratados, se eles não forem tratados por alguém, eles vão trazer sérios problemas para a saúde da população. Então, quando se fala de o governo criar um...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) conselho e um fundo estadual em defesa do bem-estar animal, da criação desse conselho, Sr. Presidente – para concluir –, é de suma importância.

Eu gostaria de deixar registrado. Esperamos agora a sensibilidade do novo governo, que possa olhar com carinho para a causa animal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Próximo orador. Concedo a palavra ao nobre deputado Diego Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes nesta Casa. Mais uma vez, cumprimento os nobres colegas aqui presentes; a imprensa que está fazendo o seu trabalho; os funcionários desta Casa e a S. Ex.^a, o povo da Bahia.

Presidente, no dia de hoje, venho aqui destacar mais um projeto de minha autoria, no qual também, mais uma vez, reforço aqui o pedido, aos nobres colegas, de apoio a esta causa, projeto que apelidei de “pacote anti-tirania” e, ao mesmo tempo, “pacote anti-hipocrisia sanitária”, ou seja, o projeto que prevê o fim da hipocrisia do passaporte sanitário na Bahia.

A gente não sabe do dia de amanhã. Aliás, inclusive, no presente momento, está vigente a medida e eu fico me perguntando: Carnaval está chegando aí, assim como teve a Copa do Mundo, com o Pelourinho lotado, milhares de pessoas aglomeradas, não é? Quando é um evento do interesse do governo do estado, não vejo a exigência de nenhum passaporte sanitário. Não vi a preocupação com as medidas que chamam de segurança, saúde coletiva e por aí vai.

Eu pergunto também sobre o Carnaval: vão exigir o passaporte sanitário para terem acesso ao circuito? Vão exigir a vacinação de todos? As quatro doses? Claro que não, porque não é interessante para o estado.

Agora, justifica, ao mesmo tempo, ter servidores com salário cortado porque não apresentaram uma porcaria de um pedaço de papel – desculpe-me aqui, presidente, pelo excesso – que não atesta a segurança coletiva de nada? É apenas para colocar um cabresto ideológico e mostrar o poder de controle do Estado sobre a sua liberdade.

Justifica pessoas perderem o emprego, perderem o acesso a direitos básicos? Eu remeto, aqui, ao SAC. Porque não têm esse pedaço de papel – que, mais uma vez, repito, não é parâmetro para dar segurança de saúde coletiva de nada nem a ninguém – há servidores, hoje, que estão com salário cortado, assim como há trabalhadores, hoje, que estão encostados, que perderam o emprego porque não tiveram acesso aos serviços do SAC. Tudo porque não apresentaram um pedaço de papel que diz lá: “Tomei as quatro doses”.

Fica o questionamento da hipocrisia porque para um determinado tipo de situação vale, e para outro determinado tipo de situação não vale. Por quê? Está claro que a intenção não é pela saúde de ninguém. Está claro que a intenção é mostrar que, a qualquer momento, quem não se enquadrar no cabresto ideológico do governo do PT, principalmente da Bahia e da esquerda, vai sofrer punição.

Então, Sr. Presidente, este projeto, como está aqui no art. 4º:

(Lê) “Art. 4º - Fica vedada a exigência de comprovação de vacinação como critério para acesso aos prédios públicos, nos quais se situem órgãos, entidades e unidades administrativas, tal como o afastamento e corte de salário de servidores públicos não vacinados.

Art. 5º - As medidas previstas no art. 2º da Lei, quando adotadas, deverão resguardar o exercício e o funcionamento das instituições privadas, comércio, de serviços públicos e atividades essenciais.”

Existem vários outros tipos de medidas que podem muito bem resguardar a segurança da saúde coletiva da população. Uso de máscara, sim, por mais que eu discorde de muitos pontos, é aceitável, é tolerável, o que não justifica é o Estado colocar o peso da sua mão, usando todo o seu aparato de força com a história de que é compulsória, mas no final se torna obrigatória. Infelizmente, baseado até no entendimento dubio que o nosso Judiciário deu à Suprema Corte, mais uma vez, lamento essa postura e essa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) decisão. Então – para concluir, Sr. Presidente –, essa medida vem como uma garantia da liberdade que é, também, um bem fundamental, assim como a vida, e que precisam andar lado a lado. Afinal, sem liberdade não há sequer chance de defender a nossa própria vida. Lamento que o governo do estado, de forma retrógrada, como vários outros locais do...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Finalizando sua explanação, deputado.

(...) país que avançaram nessa questão, ainda permaneça nessa situação caótica e atrasada nessa matéria. A Bahia sempre andando para trás, nunca andando para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Matheus Ferreira: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.^a, nobre deputado Matheus Ferreira.

O Sr. Matheus Ferreira: Sr. Presidente, por favor, proceda à verificação de quórum para continuidade desta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Laerte do Vando): Não havendo número suficiente para sua continuidade, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Eduardo Alencar, Eduardo Salles e Fátima Nunes. (03)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.